

# Cadernos de Negociação



Número 30 - Junho de 2020

## INDICADORES ECONÔMICOS

### Efeitos da pandemia reduzem arrecadação dos estados em maio

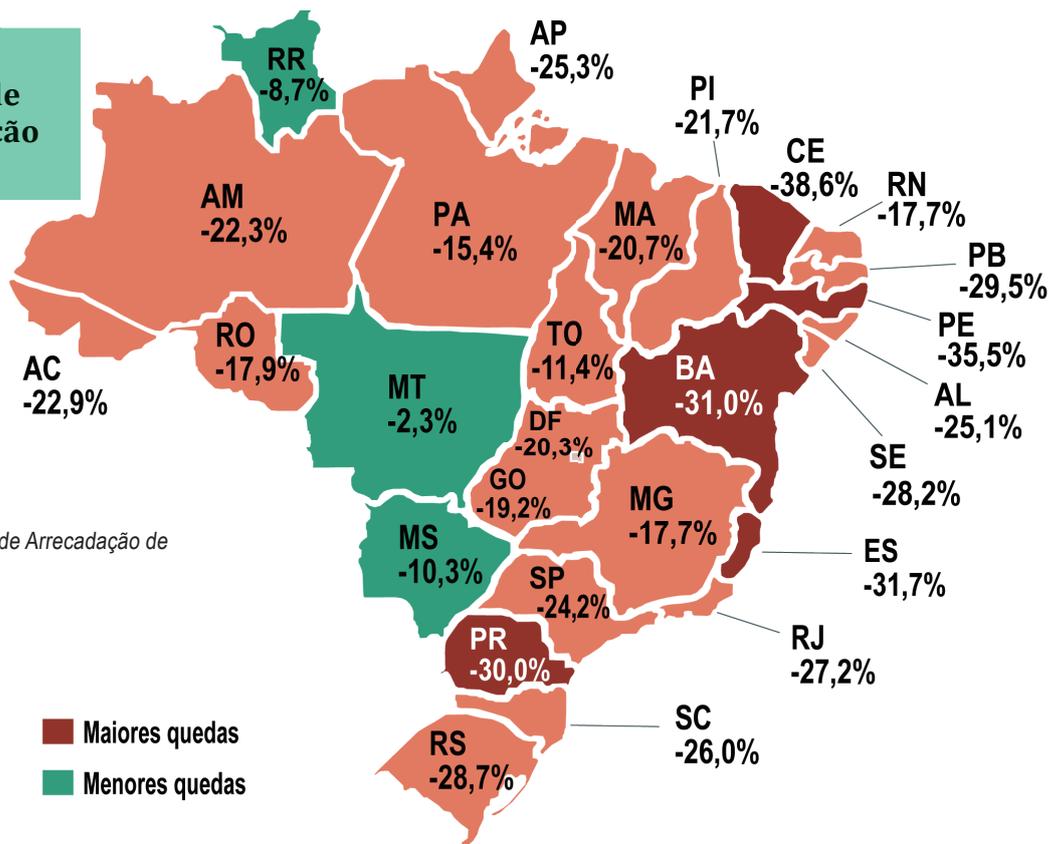
Como um dos efeitos da pandemia do novo coronavírus (covid-19), em maio, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos estados teve queda real (descontada a inflação) de 24,3%, em média, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Ceará e Pernambuco registraram as maiores reduções, de 38,6% e 35%, respectivamente, considerando a inflação do período. As menores perdas foram as do Mato Grosso (2,3%), de Roraima (8,7%) e Mato Grosso do Sul (10,3%), de acordo com os dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O ICMS é uma das principais fontes de recursos dos governos estaduais e do Distrito Federal, juntamente com as transferências correntes recebidas da União. A arrecadação dos estados vem

principalmente de *impostos, taxas e contribuições de melhoria*, que representam cerca de 70% das receitas correntes. É nesse grupo que está o ICMS, que pode responder por quase 80% dessa rubrica; as *transferências correntes* são outra fonte importante e giram em torno de 21%.

Os efeitos da pandemia podem abrir caminho para o retorno da discussão sobre a reforma tributária necessária, com a finalidade de melhorar a distribuição de recursos do país. Há diversas propostas, como a unificação das regras do ICMS, tornando-o um imposto mais simples e progressivo; o aumento dos recursos federais para os municípios; a taxação de grandes fortunas, dos lucros e dividendos; e o aumento do imposto sobre heranças, entre outros.

Variação real da arrecadação do ICMS de maio de 2020 em relação a maio de 2019



Fonte: Ministério da Economia. Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais - Confaz  
Obs.: Correção pelo IPCA do período  
Elaboração DIEESE

## NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

### Reajustes têm seguido ritmo da baixa inflação

Segundo análise do DIEESE, até agora, 55,9% dos acordos e convenções com data-base em maio garantiram aos salários percentuais de correção acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, conseguiram aumentos reais. Outros 16,3% se limitaram a repor a inflação, enquanto 27,8% tiveram reajustes inferiores ao índice de preços, com perdas reais de salário.

A variação real média situou-se em patamar próximo de zero (-0,08%), em maio. Em parte, esse resultado deve-se a 55 negociações que definiram pela não concessão de reajustes em 2020, sob justificativa do impacto da crise econômica gerada pela pandemia da covid-19.

Outras 10 negociações adiaram as tratativas sobre reajuste para depois da pandemia. Os

resultados dessas negociações serão incorporados ao balanço, assim que estiverem definidos.

#### Como ficaram as negociações coletivas Janeiro a maio - 2020 - Brasil (em %)

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação média dos reajustes	Nº de reajustes analisados
	Acima	Igual	Abaixo		
Jan	32,1	34,3	33,6	-0,20	1.053
Fev	59,0	17,0	23,9	0,14	188
Mar	61,9	23,8	14,3	0,10	244
Abr	26,8	46,4	26,8	-0,12	56
Mai	55,9	16,3	27,8	-0,08	245
<b>TOTAL</b>	<b>42,1</b>	<b>28,9</b>	<b>28,9</b>	<b>-0,11</b>	<b>1.786</b>

Fonte: Ministério da Economia. Sistema Mediador

#### Como ficaram as negociações por categoria Janeiro a maio de 2020 (em%) - Brasil

ALIMENTAÇÃO		COMERCIÁRIOS		COMUNICAÇÕES		CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO	
	Acima 35,8 Igual 34,1 Abaixo 30,1		Acima 51,5 Igual 33,7 Abaixo 14,9		Acima 38,0 Igual 32,0 Abaixo 30,0		Acima 61,6 Igual 20,3 Abaixo 18,1
Variação média real -0,09		Variação média real 0,11		Variação média real -0,19		Variação média real 0,09	
Total (nº de reajustes) 173		Total (nº de reajustes) 101		Total (nº de reajuste) 50		Total (nº de reajustes) 138	
FRENTISTAS E COMÉRCIO GLP		METALÚRGICOS		QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		RURAIS	
	Acima 22,6 Igual 29,0 Abaixo 48,4		Acima 43,2 Igual 27,0 Abaixo 29,7		Acima 43,1 Igual 9,7 Abaixo 47,2		Acima 62,8 Igual 17,9 Abaixo 19,2
Variação média real -0,34		Variação média real -0,11		Variação média real -0,50		Variação média real 0,26	
Total (nº de reajustes) 31		Total (nº de reajustes) 37		Total (nº de reajustes) 72		Total (nº de reajustes) 78	
SAÚDE PRIVADA		TÊXTEIS		TRANSPORTES		VESTUÁRIO	
	Acima 46,9 Igual 28,1 Abaixo 25,0		Acima 58,3 Igual 16,7 Abaixo 25,0		Acima 42,7 Igual 32,6 Abaixo 24,7		Acima 69,0 Igual 16,7 Abaixo 14,3
Variação média real -0,08		Variação média real 0,11		Variação média real -0,10		Variação média real 0,14	
Total (nº de reajustes) 64		Total (nº de reajustes) 12		Total (nº de reajustes) 227		Total (nº de reajustes) 42	
VIGILANTES		TURISMO E HOSPITALIDADE					
	Acima 13,9 Igual 69,4 Abaixo 16,7	Variação média real -0,19			Acima 32,2 Igual 27,6 Abaixo 40,1	Variação média real -0,32	
		Total (nº de reajustes) 36				Total (nº de reajustes) 369	

## **Pandemia desarticula os movimentos e número de greves cai**

Em março, foram realizadas 90 greves, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE (SAG-DIEESE), 30 relacionadas com a pandemia. Parte delas exigia que as empresas suspendessem o trabalho ou adotassem medidas de precaução. Ao mesmo tempo, várias greves foram encerradas justamente por causa da crise sanitária, como, por exemplo, as da educação. Com a suspensão das aulas pelos governos, os protestos perderam força.

Abril e maio registraram, respectivamente, 34 e 28 greves. No funcionalismo público, o número de protestos despencou, com nove greves, todas entre profissionais das redes estaduais e municipais de saúde. Na esfera privada, as paralisações se concentraram exclusivamente no transporte coletivo urbano (37 greves nos dois meses). Ainda que a pandemia possa provocar a articulação de paralisações, o que mais tem ocorrido é a desarticulação desses movimentos.

Nas 62 greves dos dois últimos meses, destacam-se três tipos de demandas: o pagamento de vencimentos em atraso (salários e férias); reivindicações relacionadas à alimentação (concessão, aumento ou atraso de vales refeição/alimentação

e cestas básicas) e à segurança (fornecimento de máscaras, luvas e álcool, alterações nos locais e processos de trabalho); pela manutenção do emprego e contra a redução dos vencimentos.

Protestos contra atrasos nos vencimentos e pelo pagamento de vale-alimentação são frequentes há algum tempo. O aumento das demandas por segurança, emprego e manutenção dos salários é recente e ocorre com a fusão das crises econômica e sanitária.

### **Principais reivindicações das greves Abril e maio de 2020 – Brasil**

Reivindicações	nº	%
Pagamento de salários, férias ou 13º em atraso	29	46,8
Vale-alimentação/refeição e cesta básica	17	27,4
EPIs e mudanças no ambiente de trabalho	15	24,2
Contra demissões, pela manutenção do emprego	10	16,1
Contra redução dos vencimentos	8	12,9

Fonte: DIEESE. SAG



## **Metalúrgicos negociaram mais de 600 instrumentos coletivos sobre covid 19**

A atividade econômica com o maior número de acordos e convenções coletivos com cláusulas relativas ao novo coronavírus, até agora, é a indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico. Até o final de maio, foram 694 instrumentos. A seguir, exemplos de cláusulas que asseguram garantias superiores ao que estabelece a Medida Provisória 936, que instituiu a suspensão temporária do contrato de trabalho e a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários.

### **Exemplos de cláusulas**

#### **AJUDA COMPENSATÓRIA**

Deverá o empregador arcar com uma ajuda compensatória a favor do empregado que teve redução salarial ou o contrato suspenso, de forma a garantir que, ao final do mês, o funcionário não tenha perda financeira, recebendo o valor exato de seu salário líquido.

**Parágrafo primeiro** – O valor da ajuda compensatória será a diferença entre o salário mensal líquido do empregado e a somatória do valor do

Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda pago pelo Governo, na hipótese de redução de jornada de trabalho, com a parte paga pelo empregador em razão da redução.

#### **DA GARANTIA DO EMPREGADO**

A garantia de emprego ou salário, prevista no artigo 10 da MP 936, ficará acrescida de 30 dias, para os empregados que tiverem seus contratos de trabalho suspensos ou que sofrerem redução de jornada/salário, na forma prevista neste instrumento.

#### **GARANTIA DE EMPREGO E SALÁRIO**

Os empregados terão garantido o emprego e seus respectivos salários pelo prazo de até 180 dias a contar da data em que o salário tiver sido reduzido, observando-se a regra disciplinada na MPV 936/2020, o que importará na proibição de demissão sem justa causa no período de redução em questão.

**Parágrafo único:** A empresa compromete-se, independente do período de redução salarial, a garantir os níveis de emprego atuais até 30/09/2020, como contrapartida aos termos ora pactuados.

## MERCADO DE TRABALHO

### Com pandemia, país fecha postos em todos os estados. Só RR e AC têm resultados positivos, por causa do setor de serviços

Por causa da pandemia, o país fechou 812,2 mil postos de trabalho formais entre janeiro e abril deste ano, redução de 2,1%. Houve resultados positivos nos dois primeiros meses, com saldo de 255,7 mil novos postos, quadro revertido em março (-207,4 mil) e abril (-860,5 mil).

Alagoas foi o estado com o pior desempenho, com redução de 7,4% no número de postos de trabalho: queda de -30,3% na indústria de transformação, de -3,0% no Comércio e -1,9% nos Serviços. Em seguida, com fechamento de postos de trabalho, apare-

cem Pernambuco (-4,2%) e Rio de Janeiro (-3,5%).

Na indústria de transformação, depois de Alagoas, destacaram-se também negativamente Sergipe (-9,2%), Pernambuco (-9,0%) e Paraíba (-8,2%). No comércio, houve redução no número de postos de trabalho principalmente no Rio de Janeiro (-5,4%) e Santa Catarina (-4,4%). Já no setor de serviços, houve diminuição principalmente no Rio de Janeiro (-2,7%), Distrito Federal e Espírito Santo (-2,4% cada).

Só Roraima e Acre tiveram resultados positivos e por causa do desempenho dos serviços.

### Variação do número de postos de trabalho, entre janeiro e abril de 2020 (em%)

UF	Total	Indústria de Transformação	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Serviços
BRASIL	-2,1	-2,0	-3,7	-1,7
Alagoas	-7,4	-30,3	-3,0	-1,9
Pernambuco	-4,2	-9,0	-4,1	-2,3
Rio de Janeiro	-3,5	-3,5	-5,4	-2,7
Sergipe	-3,4	-9,2	-3,2	-1,4
Rio Grande do Norte	-3,4	-3,8	-2,1	-2,2
Paraíba	-3,3	-8,2	-2,8	-1,9
Espírito Santo	-2,6	-2,4	-4,2	-2,4
Distrito Federal	-2,4	-1,2	-3,9	-2,4
Ceará	-2,3	-4,0	-4,1	-0,6
Rio Grande do Sul	-2,3	-1,2	-4,2	-1,9
Bahia	-2,2	-0,9	-3,0	-2,1
Amazonas	-2,2	-0,7	-3,3	-2,0
Rondônia	-2,1	-1,0	-3,6	-1,3
São Paulo	-2,1	-1,4	-4,2	-1,8
Minas Gerais	-2,0	-2,1	-4,1	-1,5
Piauí	-1,9	-3,7	-1,1	-1,2
Santa Catarina	-1,8	-1,0	-4,4	-1,5
Amapá	-1,5	-2,2	-2,4	-0,3
Maranhão	-1,1	-0,5	-1,7	0,3
Paraná	-1,1	-0,3	-2,9	-1,1
Pará	-1,0	-2,3	-1,5	0,0
Tocantins	-0,8	-1,1	-2,2	-0,1
Mato Grosso	-0,6	-0,4	-1,9	0,0
Goiás	-0,6	0,7	-2,6	-1,0
Mato Grosso do Sul	-0,2	1,7	-2,5	-0,3
Roraima	0,4	-0,3	-2,7	0,8
Acre	1,1	-0,4	-1,3	3,4

Fonte: Ministério da Economia. Novo Caged (sem ajustes)

## PREÇOS

### Preços das cestas aumentam em oito capitais e recuam em nove

Com a pandemia, o DIEESE não tem realizado a Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos presencialmente nas 17 capitais que compõem o levantamento. Desde abril, realiza uma tomada de preços por telefone, em sites e aplicativos. Em maio, na comparação com o mês anterior, o custo da cesta aumentou em oito e diminuiu em nove capitais.

A batata, pesquisada no Centro-Sul, aumentou em nove das 10 cidades (fim da safra e chuvas); o valor do quilo do feijão subiu em 15 capitais, devido ao crescimento da demanda; o arroz apresentou alta em 13 capitais, por causa do aumento da

exportação; a farinha de trigo ficou mais cara em oito das 10 capitais onde é pesquisada, devido à desvalorização cambial, que encareceu as importações; e a farinha de mandioca registrou subida em cinco das sete cidades onde é pesquisada. A banana e o tomate tiveram queda de preço, por causa da redução da demanda no período da quarentena.

Quem ganha salário mínimo precisou trabalhar, em média, 100 horas e 58 minutos para comprar uma cesta, suficiente para a alimentação de um adulto, durante um mês, gastando 50,0% do salário mínimo líquido.

Cesta Básica Nacional de Alimentos Tomada especial – maio de 2020		
Maior valor no mês	Rio de Janeiro	R\$ 558,81
Menor valor no mês	Aracaju	R\$ 400,15
Maior alta	Belém	4,42%
Queda	Campo Grande	-8,14%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R\$ 4.694,57
SMN em relação ao Salário Mínimo		4,47
Salário Mínimo		R\$ 1.045,00

Fonte: DIEESE

Índices de Inflação	Mensal maio de 2020 (%)	12 meses jun 2019 a mai 2020 (%)	Projeção de inflação %		
			jul 2019 a jun 2020	ago 2019 a jul 2020	set 2019 a ago 2020
ICV (1)	nd	nd	nd	nd	nd
INPC	-0,25	2,05	2,18	2,34	2,38
IPCA	-0,38	1,88	2,03	2,13	2,17

Nota: (1) ICV está suspenso por 6 meses, devido à necessidade de se atualizar o Índice e pela impossibilidade de coleta pela pandemia de coronavírus. Obs.: Projeção de inflação: para o INPC: 0,14% em junho, 0,25% em julho e 0,16% em agosto de 2020. Para o IPCA, 0,16% em junho, 0,29% em julho e 0,15% em agosto de 2020. Estimativas elaboradas em 12/06/2020

### Variação de preços da Cesta Básica de Alimentos - São Paulo - maio de 2020

BATATA	FARINHA DE TRIGO	CAFÉ	FEIJÃO CARIOQUINHA	
 20,23%	 12,56%	 9,18%	 6,41%	
ARROZ	CARNE BOVINA DE 1ª	PÃO FRANCÊS	TOMATE	
 2,08%	 0,80%	 0,76%	 -14,68%	
AÇÚCAR	LEITE	BANANA	MANTEIGA	ÓLEO DE SOJA
 -3,64%	 -3,15%	 -2,78%	 0%	 0%

Fonte: DIEESE. Obs.: Os preços da manteiga e do óleo de soja ficaram estáveis entre abril e maio



**O DIEESE precisa do seu apoio para continuar produzindo  
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA**

**APOIE O DIEESE!**

Mais informações: [relacionamento@dieese.org.br](mailto:relacionamento@dieese.org.br) ou 0800 77 33 117